



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Processo Licitatório nº 166/2022
Pregão Eletrônico nº 090/2022

TERMO DE APRECIÇÃO

I. Do Recurso

Trata-se de recurso interposto por LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA - ME., ora recorrente, em relação ao resultado do Processo Licitatório nº 166/2022, Pregão Eletrônico nº 090/2022, cujo objeto é a contratação de Pessoa Jurídica Especializada para prestação de serviços de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS do Município de Conselheiro Lafaiete, registrado em ata de sessão pública eletrônica lavrada no dia 13/03/2023.

O inconformismo da recorrente refere-se às decisões de habilitação e classificação da licitante MB CONSULTORIA, PROJETOS E PLANEJAMENTO LTDA (ME), vencedora do item único licitado, ora denominada recorrida.

A recorrente refuta a documentação oferecida pela empresa “MB”, alegando ter sido *“apresentada de maneira dissonante à requisitada em edital, uma vez, que, o edital foi claro na exigência de cópias autenticadas, sejam pela Comissão de Licitações, seja por Cartório Competente ou Autenticados Digitalmente por Cartório Competente, o que efetivamente não ocorreu no presente certame, uma vez que os seguintes documentos foram apresentados apenas em cópias simples:*

1. *Atestado de Jaguapitã/PR – que comprovaria a experiência do Dr. Victor com Direito Urbanístico (frise-se que o mesmo não possui especialização requisitada no item 8.7.4 b, do edital, e a experiência não deve ser aceita por não ser proveniente de documento autenticado, portanto, já deveria ser desclassificada a empresa de plano);*
2. *Contrato de prestação de Serviços com o prestador Victor;*
3. *Não é apresentado diploma do Sr. Victor (advogado)*
4. *Contrato de prestação de serviços com a prestadora Ivanira;*
5. *Diplomas da prestadora Ivanira;*
6. *Diplomas da sócia Marcia.”*

Ainda, alega que a documentação apresentada para qualificação do advogado não estava de acordo com edital, não tendo sido comprovada a experiência ou a formação requisitada, devendo a empresa “MB” ser inabilitada, também por não apresentar a comprovação da equipe técnica aos moldes requisitados pelo edital.

Aduz que a manutenção da habilitação, e bem assim a aprovação da proposta da recorrida, implica em afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de ferir o julgamento objetivo.

Diante disso, requereu o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão recorrida e declarada a inabilitação/desclassificação da recorrida MB CONSULTORIA, PROJETOS E PLANEJAMENTO LTDA (ME)., haja vista o não atendimento integral aos requisitos de habilitação e proposta constantes do Edital.

Em síntese, é o relatório.

II. Da admissibilidade

Conforme se depreende dos autos, a decisão sob reexame fora proferida durante sessão pública realizada às 09:30h do dia 13/03/2023 (segunda-feira), através da plataforma eletrônica BBMNET, com a comunicação das licitantes acerca do resultado dos julgamentos das propostas e de habilitação.

Por consequência, o prazo recursal – 03 (três) dias, nos termos do art. 42, §1º, do Decreto Municipal nº 84/2021 e do item 13.1.1 do Edital – iniciou-se em 14/03/2023 (terça-feira) e encerrou-se

Avenida Prefeito Dr. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro
Conselheiro Lafaiete –MG – 36.400-026



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

no dia 16/03/2023 (quinta-feira). Ficou a licitante que manifestou interesse em interpor recurso intimada e cientificada na própria sessão quanto ao prazo para apresentação das razões recursais, conforme se infere de registro do chat da sessão pública virtual.

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o recurso em apreço foi protocolizado na data de 14/03/2023, às 14:31h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse no manejo do apelo, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital e, segundo acima detalhado, de tempestividade, conhece-se do presente recurso.

III. DO MÉRITO RECURSAL

III.1. Da análise da habilitação da recorrida em função da autenticidade dos documentos de qualificação técnica

Analisando as razões recursais, observa-se que o cerne do recurso administrativo consiste na verificação do atendimento à exigência de autenticação de documentos de qualificação técnica, notadamente os seguintes documentos, apontados pela recorrente como encaminhados em descumprimento ao item 8.11 do edital:

1. Atestado de Jaguapitã/PR;
2. Contrato de prestação de Serviços com o prestador Victor;
3. Não é apresentado diploma do Sr. Victor (advogado);
4. Contrato de prestação de serviços com a prestadora Ivanira;
5. Diplomas da prestadora Ivanira;
6. Diplomas da sócia Marcia.

Primeiramente cumpre pontuar que a redação do item 8.11 do edital (vide edital de republicação) traz a expressão "poderão", indicativa de uma faculdade, senão vejamos:

8.11. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em via autenticada previamente pela equipe de apoio, ou por cartório competente, ou ainda, autenticados digitalmente por cartórios competentes.

Por obviedade que a autenticação de documentos se faz necessária somente no caso de documento em cópia. Por certo que se faz necessária a leitura substancial dos dispositivos editalícios, observando-se a aplicação conjunta das regras. Nessa esteira, considerando-se que as regras editalícias devem ser analisadas de forma conjunta e complementar, a regra trazida pelos itens 18.5, 18.5.1 e 18.5.2, compõem conjunto normativo hábil a elucidar a faculdade de apuração da autenticidade dos documentos:

18.5. Os documentos em cópias simples poderão estar autenticados em cartório ou pela Equipe de Apoio.

18.5.1 - O Pregoeiro poderá determinar a apresentação de documento original, com vistas à confirmação da autenticidade de cópia apresentada no certame, quando julgar necessário ou se o documento for impugnado por algum licitante, em prazo a ser definido para cumprimento da diligência.

18.5.2 - Poderá ser apresentado o original para autenticação da cópia pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio, ou cópia autenticada por cartório.
(grifo nosso).

A corroborar com o entendimento supramencionado, ainda há necessidade de verificação das regras previstas nos itens 8.22 e 8.11.2 do edital, que são imperativas ao projetar faculdade de apresentação de documentos originais, além da possibilidade de verificação de autenticidade de documentos somente no caso de dúvidas quanto à veracidade:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

8.22. Os documentos de habilitação poderão ser produzidos por processo de certificação digital, e serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel pelo licitante vencedor.

8.11.2 – Na hipótese de declarações encaminhadas com assinatura manual não autenticada, a exigência de reenvio do documento original ou autenticado somente se dará no caso de dúvidas quanto à sua veracidade, sendo facultado ao Pregoeiro a aplicação do disposto no art. 3º da Lei nº. 13.726/2018, ou concessão do prazo previsto no item 10.20.6 deste edital.

Pois bem, passemos à apreciação das alegações recursais em cotejo com as especificações e diretrizes constantes no Edital.

No caso dos documentos apresentados pela recorrida – “*Contrato de prestação de Serviços com o prestador Victor*” e “*Contrato de prestação de serviços com a prestadora Ivanira*”, registra-se que se trata de digitalização de via original (digitalização e/ou foto colorida), sem nenhuma rasura aparente, o que descaracteriza necessidade de verificação de autenticidade, conforme se observa:

Página 2 de 2

ARQUITETURA E URBANISMO

a) Prestar os serviços contratados na forma e modo ajustados, dentro das normas e especificações técnicas aplicáveis à espécie;

b) Executar os serviços contratados utilizando a melhor técnica e visando sempre atingir o melhor resultado, sendo-lhe vedada a transferência dos mesmos a terceiros, bem como a divulgação do que está sendo elaborado, sem prévia e expressa concordância do CONTRATANTE.

- São obrigações exclusivas do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento na forma e modo aprezados;

b) Comunicar a CONTRATADO sobre as reclamações feitas, bem como com relação a danos por eles causados;

c) Fornecer ao contratado a documentação solicitada, executar os trabalhos de maneira criteriosa na forma de orientações escritas que serão encaminhadas - colocar à disposição da CONTRATADO se necessário as verbas e condições, para desenvolver os trabalhos.

CLÁUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Fica expressamente vedada, no todo ou em parte, a transferência ou cessão dos serviços de que trata o presente instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO

Qualquer das partes poderá rescindir unilateralmente, de pleno direito o presente contrato, a qualquer tempo, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista a outra parte qualquer direito a reclamação ou indenização, desde que comunicado por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, ressaltando o pagamento de serviços já prestados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato também será rescindido de pleno direito nos seguintes casos, sem que assista à CONTRATADO direito a qualquer tipo de indenização, ressarcimento ou multa, por mais especial que seja:

a) Por insolvência, impetração ou solicitação de recuperação judicial ou falência da CONTRATADO;

b) O não cumprimento de qualquer obrigação da CONTRATADO para com o CONTRATANTE, sejam obrigações originadas no presente instrumento ou em outras relações comerciais;

c) Inadimplemento contratual.

CLÁUSULA OITAVA - FORO

Escolhem as partes o foro da Comarca de Londrina, Paraná, para nele serem dirimidas todas e quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais especial e privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em três (03) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentárias, obrigando-se por si e seus sucessores, para que produzam todos os efeitos de direito.

Londrina, 05 de abril de 2022.

[Assinatura]
MB CONSULTORIA, PROJETOS E PLANEJAMENTOS S/S LTDA.
CONTRATANTE

[Assinatura]
VICTOR NABHAN SILVEIRA
CONTRATADO

Paraná: 41 3047.4296 - 66161.4293
www.mbconsultoria.com.br - atendimento@mbconsultoria.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

MB Consultoria e Planejamento
ARQUITETURA URBANISMO

Página 2 de 3

Fica estabelecido que o relacionamento entre CONTRATANTE e CONTRATADO, visando resguardar responsabilidades, será normalmente pela forma escrita ou verbal, através de consultas e respostas.

- São obrigações exclusivas da CONTRATADA:

- a) Prestar os serviços contratados na forma e modo ajustados, dentro das normas e especificações técnicas aplicáveis à espécie;
- b) Executar os serviços contratados utilizando a melhor técnica e visando sempre atingir o melhor resultado, sendo-lhe vedada a transferência dos mesmos a terceiros, sem prévia e expressa concordância do CONTRATANTE;

- São obrigações exclusivas do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento na forma e modo aprazados.
- b) Comunicar a CONTRATADA sobre as reclamações feitas, bem como com relação a danos por eles causados.
- c) Fornecer ao contratado a documentação solicitada, executar os trabalhos de maneira criteriosa na forma de orientações escritas que serão encaminhadas - colocar à disposição da CONTRATADA se necessário as verbas e condições, para desenvolver os trabalhos.

CLÁUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) As alterações de valores que venham a ser discutidos e aprovados pelas partes, deverão necessariamente ser objeto de Termo Aditivo.
- b) Fica expressamente vedada, no todo ou em parte, a transferência ou cessão dos serviços de que trata o presente instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO

Qualquer das partes poderá rescindir unilateralmente, de pleno direito o presente contrato, a qualquer tempo, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista a outra parte qualquer direito a reclamação ou indenização, desde que comunicado por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, ressaldando o pagamento de serviços já prestados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato também será rescindido de pleno direito nos seguintes casos, sem que assista à CONTRATADA direito a qualquer tipo de indenização, ressarcimento ou multa, por mais especial que seja:

- a) Por insolvência, impetração ou solicitação de concordata ou falência da CONTRATADA;
- b) O não cumprimento de qualquer obrigação da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, sejam obrigações originadas no presente instrumento ou em outras relações comerciais;
- c) Inadimplemento contratual.

CLÁUSULA OITAVA - FORO

Escolhem as partes o foro da Comarca de Londrina, Paraná, para nele serem dirimidas todas e quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais especial e privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em três (03) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentárias, obrigando-se por si e seus sucessores, para que produzam todos os efeitos de direito.

Londrina, 02 de outubro de 2017.



MB Consultoria, Projetos e Planejamentos S/S Ltda.

Ivanira Carraro

Rua Santos Nº267 al.302 Cep: 86.020-040 Centro Londrina PR
Fone: (43) 3017-4219 / 99191-4219 e-mail: mbconsultoria@sercomtel.com.br

Assim, com devida vênia, reputa-se não assistir razão à tese recursal. A pretensão recursal não encontra respaldo, na medida em que insubsistente a alegação de que o documento apresentado pela recorrida em formato de digitalização não estaria apto a preencher o requisito editalício.

Lado outro, quanto aos documentos "*Diplomas da prestadora Ivanira; "Diplomas da sócia Marcia"*", pontua-se que não foram objeto de análise da qualificação técnica, considerando que a verificação poderia se dar através de análise de experiência, conforme será pontuado no próximo tópico.

Não obstante, frisa-se que alguns dos referidos documentos encontram-se, também, em digitalização do original (digitalização e/ou foto colorida), dispensando-se a autenticidade. Ressalta-se que o processo eletrônico permite essas flexibilizações, considerando a apresentação eletrônica dos documentos.

Nesse íterim, a exigência de autenticidade de documento original trata-se de situação alheias à finalidade do processo licitatório, não possuindo o condão de excluir a natureza plena da exigência editalícia que consiste em verificar a existência do documento, a qual foi verificada mediante o simples fato de sua apresentação.

Mister reforçar que a Lei nº 8.666/93 consagra em seu art. 41 o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com o qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Cediço que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, sendo a sua observância exaltada de forma iterativa nos julgados das cortes de contas pátrias, especialmente o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, donde se extrai o seguinte aresto:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GRUPOS CULTURAIS E ESPORTIVOS. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ARQUIVAMENTO. O administrador deve observar os princípios da legalidade, igualdade e vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 3º da Lei n. 8.666/1993. (DENÚNCIA n. 1058478. Rel. CONS. SEBASTIÃO HELVECIO. Sessão do dia 11/06/2019. Disponibilizada no DOC do dia 11/07/2019) (destacamos)

Sem divergir de tal posicionamento, assim já se pronunciou o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

LICITAÇÃO - EDITAL - VINCULAÇÃO. O edital, como instrumento convocatório, não pode ser descumprido, pois às suas normas e condições, encontra-se estritamente vinculada a Administração e bem assim os interessados em participar da licitação. Pelos princípios que regulam a licitação, ainda que pareça excessiva e rigorosa a exigência do edital, desprezá-la em prol de um ou alguns dos concorrentes em detrimento dos demais que a cumpriram, atenta, ao mesmo tempo, contra dois de seus pilares básicos: o da igualdade entre os concorrentes, que determina seja dispensado tratamento isonômico aos concorrentes e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, lei específica de regência. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.00.297850-0/000, Relator(a): Des.(a) Geraldo Augusto, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/2003, publicação da súmula em 21/03/2003) (destacamos)

Encontrando-se a Administração vinculada às normas, condições e exigências do Edital, e por estas não padecerem de qualquer ilicitude, não há que se falar em inabilitação de licitante em virtude de eventuais exigências não previstas expressamente no edital de licitação (autenticidade de documento original), o que caracterizaria ilegalidade ou ofensa aos princípios norteadores da licitação.

A criação de novas exigências do Edital mediante interpretação ampliativa das condições positivadas no documento seria causa de obstrução dos princípios da isonomia e julgamento objetivo do certame, além, ademais, de contrariar o princípio do julgamento objetivo e da economicidade, conquanto pressupõe a busca pela vantajosidade da contratação.

Ante o exposto, à míngua de fundamento apto a ensejar sua reforma, deve ser mantida a decisão recorrida.

III.2. Da análise da habilitação da recorrida/ MB CONSULTORIA, PROJETOS E PLANEJAMENTO LTDA (ME)

Analisando, ainda, as razões recursais, observa-se que no recurso administrativo se aduz acerca da verificação do atendimento à exigência de habilitação prevista no item 8.7.4 do Edital pela recorrida MB CONSULTORIA, PROJETOS E PLANEJAMENTO LTDA (ME), notadamente quanto: *"não é apresentado diploma do Sr. Victor (advogado); que o mesmo não possui especialização requisitada no item 8.7.4 b, do edital, e a experiência não deve ser aceita por não ser proveniente de documento autenticado"*.

Notadamente quanto à questão da autenticidade dos documentos já foi discutida em tópico anterior. Contudo, especificamente quanto ao atestado de capacidade técnica do profissional advogado, verificou-se poder se tratar de documento em cópia simples (não há possibilidade de afirmar em virtude de a assinatura ter se dado por caneta de cor preta). Assim, primando pela lisura e transparência do certame, em atendimento aos princípios da boa-fé e da isonomia, com fulcro no item 18.5.1 do edital que rege o processo licitatório em



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

epígrafe, que prevê a possibilidade de apresentação de documento original, com vistas à confirmação da autenticidade de cópia apresentada no certame, se o documento for impugnado por algum licitante, deverá ser realizada diligência com fito de verificar a autenticidade do documento impugnado, notadamente do “Atestado de capacidade Técnica”.

Quanto ao fator “*não apresentação de diploma*” e “*não comprovação de experiência*”, vejamos o que dispõe o instrumento convocatório, em relação ao requisito cujo atendimento é questionado:

8.7.4 Termo de Indicação da Equipe Técnica Multidisciplinar adequada e disponível para realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, composta, no mínimo, por profissionais com formação nas seguintes áreas, facultada a utilização do modelo contido no **Anexo VII**:

- a) Arquitetura ou Urbanismo, com especialização ou experiência comprovada em Desenvolvimento Urbano ou Habitação;
- b) Direito, com especialização ou experiência comprovada em Desenvolvimento Urbano ou Habitação ou Direito Urbanístico;
- c) Serviço Social, Sociologia, Psicologia ou Pedagogia, com especialização ou experiência comprovada em Organização, Desenvolvimento e Participação Social.

Observa-se da leitura do item 8.7.4 do edital que a comprovação de qualificação técnica da Equipe Técnica Multidisciplinar se daria por meio da indicação de profissionais com formação nas áreas preconizadas, mediante comprovação de especialização – que se dá através de diplomas e/ou certificados; **OU**, através de experiência comprovada – que se verifica através de atestados de capacidade técnica.

Pois bem.

Conforme consignado na ata da sessão pública lavrada em 13/03/2023, a conferência e análise dos documentos de habilitação foi realizada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, com conclusão no sentido do atendimento integral às exigências habilitatórias pela recorrida. Registra-se que a análise da documentação de qualificação técnica (item 8.7.2. do edital) foi realizada com o assessoramento de representantes técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento, conforme manifestação juntada ao processo que abaixo transcreve-se:

		COMUNICAÇÃO INTERNA		DATA: 13/03/2023	CI
DE:	Secretaria Municipal de Planejamento			PARA:	Departamento de Licitação
ASSUNTO: Parecer referente à qualificação técnica da empresa MB Consultoria					
Prezado (a),					
Enviamos o parecer sobre a qualificação técnica da empresa MB CONSULTORIA, PROJETOS E PLANEJAMENTO LTDA, CPF/CNPJ: 05.862.271/0001-31, referente ao Processo Licitatório nº 166/2022 – Pregão Eletrônico nº 090/2022, cujo objeto é a contratação de Pessoa Jurídica Especializada para prestação de serviços de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS do Município de Conselheiro Lafaiete, conforme edital:					
8.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA					
8.7.1. Atestado (s) de Capacidade Técnica (capacidade técnico-operacional) emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou serviços similares ao objeto desta licitação.					
PARECER: ATENDIDO					
8.7.2. Termo de compromisso da empresa licitante indicando responsável técnico pela execução dos serviços, devendo ser assinado preferencialmente pelo representante legal da empresa e pelo profissional, facultada a utilização do modelo contido no Anexo VI.					
PARECER: ATENDIDO					
8.7.3. Demonstração de que o profissional responsável técnico pela execução dos serviços (indicado no item acima) executou atividades de características técnicas de complexidade equivalente às do objeto de presente licitação, mediante apresentação de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter o profissional executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços similares ao objeto da licitação.					
PARECER: ATENDIDO					
8.7.4. Termo de Indicação da Equipe Técnica Multidisciplinar adequada e disponível para realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, composta, no mínimo, por profissionais com formação nas seguintes áreas, facultada a utilização do modelo contido no Anexo VII:					
a) Arquitetura ou Urbanismo, com especialização ou experiência comprovada em Desenvolvimento Urbano ou Habitação;					
b) Direito, com especialização ou experiência comprovada em Desenvolvimento Urbano ou Habitação ou Direito Urbanístico;					
c) Serviço Social, Sociologia, Psicologia ou Pedagogia, com especialização ou experiência comprovada em Organização, Desenvolvimento e Participação Social.					
Rua Coronel Adílio - 146 - Fátima-Canela - Fone: (31) 39238-5391 - Conselheiro Lafaiete - MG Página 1 de 2					



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

COMUNICAÇÃO INTERNA		DATA: 13/03/2023	CI
DE: Secretária Municipal de Planejamento	PARA: Departamento de Licitação		
ASSUNTO: Parecer referente à qualificação técnica da empresa MR Consultoria			
c) Serviço Social, Sociologia, Psicologia ou Pedagogia, com especialização ou experiência comprovada em Organização, Desenvolvimento e Participação Social.			
PARECER: ATENDIDO			
8.7.5. Prova de que os profissionais que compõem a equipe técnica, bem como o (a) profissional (a) indicado (a) como responsável (a) técnico (a) (indicados nos itens anteriores), pertencem ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para a entrega da proposta, entendendo-se como tal para fins desta licitação, o(a) que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social, o administrador ou o diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, e o prestador de serviços com contrato escrito e firmado com o licitante ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se saque vencedor do certame, facultada a utilização do modelo contido no Anexo VI.			
PARECER: ATENDIDO			
8.7.6. Comprovação de visita técnica ou apresentação de declaração de que tem pleno conhecimento das condições de prestação do serviço e que se responsabiliza pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação e execução da obra, conforme modelo sugerido no Anexo VIII.			
PARECER: ATENDIDO			
Atenciosamente,			
Daniel Moreira Coelho Secretário Municipal de Planejamento Natália Amanda Campos Fernandes Diretora do Departamento Municipal de Habitação			
Rua General Albuque - 140 - Foz de Cruzes - Fone (31) 9528-5891 - Conselheiro Lafaiete - MG			
Página 2 de 2			

Sustenta-se no recurso que a recorrida deixou de comprovar o atendimento à exigência de habilitação (Qualificação Técnica) prevista no item 8.7.4, alínea 'b', do Edital, ao argumento de que não restou comprovada a experiência ou a formação requisitada.

Com devida vênia, reputa-se não assistir razão à tese recursal.

Em reexame da documentação de habilitação apresentada pela recorrida, observa-se que para atendimento ao item 8.7.4 do Edital, a licitante protocolizou junto à Plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET ATESTADO TÉCNICO emitido pela PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ, CNPJ 75.457.341/0001, em 18/11/2022, no qual consta o nome do profissional indicado para atendimento ao requisito de "profissional com formação em direito", Sr. Victor Nabhan Silveira, Advogado, OAB/PR no 108800, como membro da equipe técnica que executou os serviços no referido município.

Consta no atestado de capacidade técnica o desenvolvimento dos seguintes serviços/atividades: *IV. Proposições para a Legislação Básica: Elaboração dos seguintes anteprojetos de Leis: Plano Diretor Municipal, Perímetros Urbanos; Parcelamento do Solo; Uso e Ocupação do Solo; Código de Obras; Sistema Viário; Código de Posturas; Leis específicas para utilização dos instrumentos previstos na Lei Federal nº. 10.257/01 - Estatuto da Cidade;*

Considerando que a comprovação da qualificação técnica poderia se dar através de experiência profissional, o documento apresentado foi considerado apto ao atendimento do requisito do item 8.7.4, alínea 'b' do edital, conforme análise do responsável técnico, não assistindo razão à recorrente.

Ademais, nessa mesma seara, a qualificação técnica dos demais profissionais indicados para compor equipe técnica multidisciplinar foi verificada através dos atestados que compõem as Certidões de Acervo Técnico - CATS apresentadas: CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO Nº 0000000715367 e CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO Nº 0000000628063. Em ambos os documentos restou registrado que os trabalhos/serviços foram desenvolvidos pelos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

profissionais indicados pela empresa recorrida, demonstrando, assim, a experiência profissional dos mesmos. Registra-se, ainda, que as CATS foram conferidas e tiveram suas autenticidades confirmadas pela equipe de apoio do pregão.

Diante dos fatos, não assiste fundamentos aptos a ensejar mudança na decisão recorrida, considerando que a recorrente não demonstra, por meio de elementos concretos e objetivos, que a recorrida não possui a qualificação técnica adequada conforme exigido no certame.

III.3. Considerações complementares pertinentes

Vale pontuar que, de acordo com a disciplina estabelecida no art. 9º da Lei nº 10.520/2002, aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade pregão, as normas da Lei nº 8.666/93, tratando-se, pois, de regra comum aos procedimentos licitatórios.

Importante destacar, que o objetivo da licitação estabelecida na Constituição da República/88, qual seja, assegurar "igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações" – art. 37, XXI, CR/88".

Sobre os princípios específicos norteadores da licitação, segundo a melhor doutrina:

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa e judicial. O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, inicialmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Entende-se pelo princípio do julgamento objetivo: o "corolário da vinculação ao instrumento convocatório. Consiste em que os critérios de fatos seletivos previsto no edital devem ser adotados inafastavelmente para o julgamento, evitando-se, assim, qualquer surpresa para os participantes da competição.

Nesse sentido, é incontestável o art. 45 da Lei de licitações. Quis o legislador, na instituição do princípio, descartar subjetivismo e personalismo. E isso não apenas no julgamento final, mas também em todas as fases nas quais existam espécie de julgamento, de escolha, de modo que os atos da Administração jamais possam ser ditados por gosto pessoal ou favorecimento".

Diante de tais premissas e da argumentação deduzida em sede recursal, mister registrar as seguintes considerações:

1. Em análise das disposições do Edital, observa-se que a finalidade da inclusão da exigência habilitatória prevista no item 8.7.4 (reprodução do item 9.1.4 do Anexo I – Termo de Referência), era a obtenção de informação acerca da existência, no quadro de pessoal da licitante, de profissionais qualificados para a execução dos serviços;

2. Uma vez apresentado documento comprobatório oficial - CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO, emitido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, com validade e autenticidade aferidas por meio de consulta perante o órgão emissor – no qual consta de forma idônea e fidedigna as informações necessárias para verificação da qualificação técnica da equipe multidisciplinar indicada pela licitante, mister reputar preenchido o requisito editalício, notadamente considerando o atendimento à finalidade intrínseca da exigência.

Convém destacar que, conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial sedimentados, a licitação não deve ser um fim em si mesmo, mas um instrumento para a seleção da proposta mais vantajosa para a administração (art. 3º, da Lei nº 8.666/93).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

No caso concreto, observa-se que o instrumento convocatório listou meios para demonstração da qualificação técnica das licitantes, com menção a documentos cuja apresentação seria possível para atendimento ao escopo. Contudo, considerando os princípios que regem os processos licitatórios, não há dúvidas de que o rol previsto no item 8.7.4 deve ser considerado de natureza exemplificativa, haja vista que toda e qualquer forma hábil para comprovar, com segurança jurídica, o atendimento à finalidade exigida pela Administração Pública, deve ser valorada, sob pena de ofensa à razoabilidade e ao formalismo moderado.

Conforme preleciona José dos Santos Carvalho Filho, razoabilidade é “a qualidade do que é razoável, ou seja, aquilo que se situa dentro de limites aceitáveis, ainda que os juízos de valor que provocaram a conduta possam dispor-se de forma um pouco diversa. Ora, o que é totalmente razoável para uns pode não o ser para outros. Mas, mesmo quando não o seja, é de reconhece-se que a valoração se situou dentro dos standards de aceitabilidade”.

Noutro vértice, conforme já assentado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, no curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados (Acórdão 357/2015-Plenário. Relator: Bruno Dantas. Data do julgamento: 04/03/2015).

Em suma, tanto a comprovação da existência de profissionais técnicos qualifica, quanto a do vínculo da licitante com os referidos profissionais encontram-se instrumentalizadas através de documento juntados ao processo.

Ante o exposto, à míngua de fundamento apto a ensejar sua reforma, deve ser mantida a decisão recorrida.

IV. Conclusão

Diante de todo o exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) **Conhecer** do recurso interposto pela licitante LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA - ME e, diante da insubsistência dos fundamentos do apelo, **manter** a decisão recorrida;
- b) Em obediência ao disposto no art. 15, inciso VII, do Decreto Municipal nº 84/2021, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta;
- c) Primando pela lisura e transparência do certame, em atendimento aos princípios da boa-fé e da isonomia, com fulcro no item 18.5.1 do edital que rege o processo licitatório em epígrafe, realizar diligência para possibilitar a apresentação de documento original, com vistas à confirmação da autenticidade de cópia apresentada no certame, especificamente quanto ao atestado de capacidade técnica do profissional advogado, considerando que o documento foi impugnado pela licitante ora recorrente.

Conselheiro Lafaiete/MG, 21 de março de 2023.


Isabella Gomes de Vargas e Lima
Pregoeira

